

Refletindo a Educação Ambiental para a Justiça Ambiental a partir do discurso no conflito: as enchentes urbanas em Santa Rosa/ RS e a luta contra a barragem Garabi/Panambi

REFLECTING ENVIRONMENTAL EDUCATION FOR ENVIRONMENTAL JUSTICE FROM THE DISCOURSE IN THE CONFLICT: THE URBAN FLOODS IN SANTA ROSA/RS AND THE FIGHT AGAINST THE GARABI/PANAMBI DAM

REFLEXIONANDO LA EDUCACIÓN AMBIENTAL PARA LA JUSTICIA AMBIENTAL A PARTIR DEL DISCURSO EN EL CONFLICTO: LAS INUNDACIONES URBANAS EN SANTA ROSA/RS Y LA LUCHA CONTRA LA REPRESA GARABI/PANAMBI

Horacio Souza Rodrigues y Carlos da Silva Machado *1

horacio.r.sr@gmail.com

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões sobre uma educação ambiental pautada para a justiça ambiental. Ele consiste na interpretação, através da análise do discurso, de entrevista e grupos focais, realizados a partir do mapeamento dos conflitos socioambientais na região da Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, através de jornais de 2014 a 2017, que identificou as enchentes urbanas da cidade de Santa Rosa e a luta contra a construção do complexo de barragens Garabi/Panambi como conflitos socioambientais da região no período. O objetivo da pesquisa foi de encontrar, nos discursos de sujeitos envolvidos na luta contra a injustiça ambiental, aspectos relevantes sobre relação com a natureza, a educação e suas perspectivas/intenções. Como resultado, se tem a presença de aprendizados e a construção de relações de solidariedade, apoio-mútuo e autogestão nos processos de mobilização. Argumenta-se, por fim, a importância da utopia para a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais, Fronteira Noroeste/RS, Educação Ambiental, Justiça Ambiental

Abstract

This work presents reflections on an environmental education based on environmental justice. It consists of the interpretation, through discourse analysis, interviews and focus groups, carried out from the mapping of socio-environmental conflicts in the

*1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fronteira Noroeste region of Rio Grande do Sul, through newspapers from 2014 to 2017, which identified the urban floods of city of Santa Rosa and the fight against the construction of the Garabi/Panambi dam complex as socio-environmental conflicts in the region in the period. The objective of the research was to find, in the speeches of subjects involved in the fight against environmental injustice, relevant aspects about the relationship with nature, education and their perspectives/intentions. As a result, there is the presence of lessons learned and the construction of relationships of solidarity, mutual support and self-management in the mobilization processes. Finally, the importance of utopia for Environmental Education is argued.

Keywords: *Socio-environmental conflicts, Northwest Frontier/RS, Environmental Education, Environmental Justice*

Resumen

Este trabajo presenta reflexiones sobre una educación ambiental basada en la justicia ambiental. Consiste en la interpretación, a través de análisis de discurso, entrevistas y grupos focales, realizada a partir del mapeo de conflictos socioambientales en la región Fronteira Noroeste de Rio Grande do Sul, a través de periódicos de 2014 a 2017, que identificaron las inundaciones urbanas de la ciudad de Santa Rosa y la lucha contra la construcción del complejo de represas Garabi/Panambi como conflictos socioambientales en la región en el período. El objetivo de la investigación fue encontrar, en los discursos de sujetos involucrados en la lucha contra la injusticia ambiental, aspectos relevantes sobre la relación con la naturaleza, la educación y sus perspectivas/intenciones. Como resultado, hay presencia de aprendizajes y construcción de relaciones de solidaridad, apoyo mutuo y autogestión en los procesos de movilización. Finalmente, se argumenta la importancia de la utopía para la Educación Ambiental.

Palabras-clave: *Conflictos socioambientales, Frontera Noroeste/RS, Educación Ambiental, Justicia Ambiental*

Introdução

Este trabalho apresenta reflexões e resultados oriundos da pesquisa de mestrado do primeiro autor, orientado pelo segundo. A pesquisa parte da perspectiva de uma Educação Ambiental que seja pautada na luta pela superação da Injustiça Ambiental, a partir dos sujeitos envolvidos nesta luta (SANTOS et al., 2015). A dissertação apresenta o mapeamento realizado através de jornais na região da Fronteira Noroeste do Estado no período de 2014 a 2017. Nesse mapeamento, foram evidenciadas 54 manifestações de conflitos e 45 de problemas ambientais.

O mapeamento desse período evidenciou uma série de problemas ambientais, sendo os de maior destaque, nas publicações, ligados à questão climática. 2014, em especial, foi um ano em que o tempo da região castigou os que ali vivem, ou melhor, aqueles que sofrem o ônus principal na apropriação do meio

ambiente, conforme será argumentado no referencial sobre a questão da desigualdade.

A notícia, em maio de 2014, da enchente que atingiu 11,8 metros, parando de operar a balsa e atingindo a aduana no Porto Mauá, infelizmente mostrou-se ser um prelúdio do que estava por vir. Nessa reportagem, informa-se aos leitores de que, com o Uruguai a 9,5 metros acima do nível do mar, a ponte sobre o Rio Santa Rosa (caminho de casa) já está coberta 9,70m, o que faz com que se interrompam as travessias de balsa; 11m já cobre a ponte do arroio Jacaré e, com 11,4m, chega ao escritório da Aduana, pois essa foi quarenta centímetros a mais que isto.

O que estava por vir tirou do leito o Rio Uruguai a 19,7 metros de altura, tamanha enchente só foi registrada no ano de 1983, quando, segundo o jornal, o rio cresceu 20,7 metros. Essa recente enchente fez com que a barca parasse por 32 dias de operar em Porto Mauá, fazendo também com que tal serviço estivesse impossibilitado, por dias, nos portos a jusante (Vera Cruz e Xavier). Uma enchente que deixou em estado de emergência 124 municípios no estado. 250 mm em três dias de chuva e um agravante que aumenta em muito o tamanho da enchente e a velocidade de subida no rio: a abertura das comportas das barragens a montante do rio, em especial, citado em duas reportagens, a da barragem de Ita. Dos prejuízos noticiados, 400 desabrigados em Porto Mauá dão uma dimensão do problema que isso gerou, nem o pavilhão que abriga a festa de nossa senhora dos navegantes, próximo ao Rio, foi poupado. Não só nessa cidade, mas nas outras que margeiam o Uruguai, como em Alecrim, com 170 casas atingidas; Porto Lucena com 1.128 pessoas atingidas e 25 milhões em prejuízo; Porto Vera Cruz com 22% do PIB água abaixo, entre outras. De todas as pessoas que conversei sobre esse episódio, ouvi que rezam (com todos os sentidos que a expressão pode ter), para que nunca mais se repita.

Mas o ano não parou por aí, e, para o dia de São Miguel, 29 de setembro (enchentes dessa época são conhecidas por *Enchente de São Miguel*), outra chuvarada veio a transbordar o rio, deixando-o 14,7 metros acima do nível normal em Porto Mauá. Os estragos foram de mesma proporção em toda costa do Uruguai, e, dessa vez, se noticiou estragos em outras cidades da região, principalmente em Tuparendi, Santo Cristo e Santa Rosa. Diversos pontilhões e pontes destruídas no interior do município de Santa Rosa, estragos só recuperados totalmente em março de 2015, quando foi noticiada a reconstrução de 19 pontes no total. Mesmo dentro da área urbana, uma ponte (da Ouro-Verde) foi destruída, deixando duas vilas sem ligação direta ao centro da cidade.

Para recepcionar o ano de 2015, outra enchente, dessa vez atingindo a marca de 12,05 metros em Porto Mauá. Uma chuvarada, de 170 mm, provocou a subida do rio de forma mais inacreditável ainda (mesmo sendo a enchente de menores proporções, que a de seis meses atrás), pois não é época comum de enchentes desse porte, sendo a última registrada nestas proporções, em 1990. Dessa vez, 5 pontes destruídas em Alecrim.

Em agosto, uma nova enchente interrompeu a balsa, e, no final do ano, repetindo a atipicidade de enchente de verão do início de 2015, uma nova enchente no Rio Uruguai, agora de 12,50 metros, no fim de dezembro. Para 2016, se o Rio

Uruguai não provocou notícias de fortes enchentes, o Pessegueiro e o Pessegueirinho (área urbana de Santa Rosa) deixaram, ao transbordar, 40 residências alagadas em abril, e, já na porção rural do Pessegueiro, destruiu uma ponte, interrompendo o trânsito na ERS-307, entre Cândido Godoi e Campina das Missões.

Na virada de ano, de 2016 para 2017, outra chuva torrencial fez com que os Rios Pessegueiro e Pessegueirinho transbordassem. No momento da virada, as pontes, que ligam as vilas ao centro de Santa Rosa, estavam interditadas, o que vi com os próprios olhos, por estar passando réveillon na cidade. Estavam ilhadas do centro, a Timbaúva, a Petrópolis, a Sulina e toda a Planalto.

Março de 2017 já havia acumulado mais de 200 mm de chuva, como que por anunciar as enchentes de abril em Santa Rosa, mês que acumulou 555 mm de chuva, que deixaram 170 famílias desabrigadas na cidade, fora o prejuízo noticiado com o estrago nas estradas do interior do município. Em junho, novamente ocorre uma alta taxa de precipitação que leva, em todo o estado, 162 municípios a declararem situação de emergência.

A questão climática, aqui, ganha contornos delineados pelo regime climático global, algo de característico no regime de chuvas e secas pode ser relacionado com as anomalias do pacífico sul, algo que merece um maior aprofundamento, que não é o objetivo desta pesquisa, mas pode servir de gancho para futuras: nos anos de el-niño, a tendência é o aumento das chuvas aqui na região, e nos de la niña, do contrário, a ausência delas.

Quanto à questão do rio, os mesmos se conformam em Santa Rosa como limite, entre o centro e os bairros, nas porções norte, oeste e sul da cidade. Um dos aspectos causadores das enchentes é o entulhamento de resíduos em seu leito, para tanto, a limpeza, através de uma draga, que já havia ocorrido em 2012, foi novamente realizada, em dezembro de 2014, após protesto de moradores junto à câmara de vereadores, em novembro do mesmo ano, conforme noticiado.

Outra questão é a estrutura do leito do rio, que possui uma parte canalizada entre a vila Glória e a Jardim Petrópolis por estrutura de concreto, da qual algumas das paredes vieram a desabar em 2014, obrigando a reconstrução das mesmas, agora não como parede de concreto, mas com pedras sustentadas por telas de arames, chamadas de gabiões, obra concluída em 2015, mas que voltou a desabar na cheia que ocorreu na virada do ano de 2016 para 2017. Em maio de 2017, a prefeitura abriu licitação para a reconstrução, mas nenhuma empresa se interessou, após novo processo, a construção dos novos gabiões foi realizada, ficando pronta somente em outubro. Outra questão a ser aprofundada, mas que carece de estudo específico, é o asfaltamento das ruas do centro da cidade. Nos últimos anos, muitas das vias do centro, antes de calçamento, foram asfaltadas, o que visivelmente aumenta a rapidez com que a água da chuva desce em direção ao Rio, ampliando o cenário de desigualdade, pois, quem mora no centro, que agora conta com asfalto em frente à sua residência, não sofre o ônus que isso vem a causar.

Outro fator foi a expansão de uma metalúrgica, situada às margens do Pessegueiro, na Avenida Borges de Medeiros, em frente à Planalto. A área, antigo campo de futebol do Atlético da Vila Nova, às margens do rio, se constituía em uma importante área de várzea do Pessegueiro (eu mesmo já presenciei inúmeras vezes

o alagamento dessa área). Para a construção da segunda planta da metalúrgica Fratelli, a área foi totalmente aterrada, processo que passou por licenciamento da FEPAM², obtendo autorização para a construção. Após esta construção, moradores de áreas do Bairro Planalto relatam a maior incidência das enchentes, que atingem níveis que nunca antes atingiram. Um dos moradores inclusive busca na justiça indenização por parte desta metalúrgica, em reparação aos danos causados pelas enchentes.

Quanto à questão de moradia, o governo municipal, ainda na gestão de Orlando Desconsi (PT – 2008-2012), realizou a construção de um novo loteamento, destinado a 175 famílias que moravam em áreas de alagamento, principalmente nas vilas Auxiliadora, Santa Inês, Planalto e Piekala. Esse novo loteamento se localiza na saída da cidade, nas proximidades da Auxiliadora, denominado de Auxiliadora II, ou Nova Auxiliadora. Porém, as obras, já no governo Vicini (PP), estavam em atraso, o que levou os futuros moradores a protestarem, junto à prefeitura, pela entrega das casas, ameaçando ocuparem as residências, mesmo se elas não estivessem totalmente prontas, caso não houvesse celeridade por parte da prefeitura. Nessa oportunidade, fixaram uma faixa em frente às futuras residências, com os dizeres “Chega de Enchentes – Casa Já”.

A entrega das 175 casas foi prometida para março de 2014, conforme relatado no jornal em janeiro do mesmo ano, porém a entrega ocorreu somente nos últimos dias do mês de abril. A falta de estrutura do novo loteamento provocou um novo protesto por parte dos novos moradores, já em fevereiro de 2015, que cobravam providências da prefeitura, em relação à iluminação pública, ainda não instalada na vila.

Outro conflito socioambiental evidenciado com o mapeamento foi a luta contra as barragens no Rio Uruguai, onde sete registros relatam a luta contra a tentativa de construção do complexo Garabi/Panambi, sendo este conflito um dos selecionados para aprofundamento. Essa iniciativa de construção de barragens no Rio Uruguai não é nova, iniciou já na ditadura militar, com projeto de 25 barramentos nesta bacia (VAINER, 2007), e que se demonstra a nível mundial desde aquela época, visando principalmente o lucro para as grandes corporações do setor (VAINER, 2007).

Esses processos de instalação (desde o seu licenciamento) contam com inúmeras contradições e atropelam as comunidades em inúmeros aspectos (VAINER, 2007). Na região, ela seria responsável por ameaçar a reprodução de espécies que dependem de subir o rio para procriar e são a base da subsistência de comunidades de pescadores tradicionais, que ainda por cima são responsabilizados pelo declínio da abundância destes peixes, como se o seu esforço de pesca (o mesmo por gerações) fosse a causa do problema. Mesmo demonstrando-se que as barragens já construídas a montante possuem a real influência sobre este declínio (REYNALTE-TATAJE, 2012).

Essas barragens do Alto Uruguai, Itá e Machadinho servem para evidenciar também a forma cruel de imposição destes empreendimentos e a dificuldade de acessar as reparações prometidas, sendo que o mínimo neste sentido só foi

²LO/FEPAM: 07170/2016, ampliação sob o processo n° 011133-0567/14-6.

conquistado através de luta e mobilização, articuladas pelo Movimento de Atingidos por Barragens - MAB (VAINER, 2003). Este movimento mostra-se importante enquanto mobilização, aprendizado e fortalecimento da identidade militante (FRAGA, 2013) ao fortalecer o conceito de atingido (SANTOS, 2015) em toda a população afetada.

Na região da Fronteira Noroeste, a luta é contra o complexo de barragens Garabi/Panambi, projeto concebido pela ELETROBRÁS e pela argentina EBISA, com seu estudo e execução a cargo de um consórcio, licitado para tal. Consórcio esse formado pelas empresas Engevix e Intertechne, brasileiras, e Consular, Grupo Mesopotâmico, IATASA e Latinoconsult, argentinas. Para entender esse processo, para além do mapeamento realizado no jornal Noroeste (2014-2017), utilizei também o acervo de um militante do MAB, do jornal Tribuna Livre, de abrangência local e periodicidade quinzenal, entre os anos de 2011 e 2013.

Desde 2011, a comunidade, principalmente do interior do Alecrim, vem se mobilizando. O processo de luta foi intensificado e a garantia, por hora, da não execução do empreendimento foi garantido judicialmente. Em janeiro de 2014, foi noticiado no jornal o sentimento de contrariedade às barragens, evidenciando que a luta estava sendo organizada principalmente pelo MAB (movimento de atingidos por barragens), o sínodo noroeste da igreja Luterana e a Diocese de Santo Ângelo. Em abril de 2014, foi realizado um encontro entre o governo do estado o diretor de geração da ELETROBRÁS, para tratar dos impactos da obra de 5,2 milhões de dólares.

Uma pesquisa de opinião foi contratada pela prefeitura de Porto Mauá, em junho de 2014, e mostrou que a maioria da população era contrária às barragens, porém com muitos indecisos. Na ocasião, o jornal mostrou que ao menos 40% da área do município ficaria alagada. Em maio, outra notícia mostra que ao menos 70% da área urbana de Porto Mauá seria alagada. Em paralelo, uma pesquisa, feita por alunas da Escola Almirante Tamandaré, mostrou que 78% das 160 pessoas entrevistadas eram desfavoráveis ao empreendimento.

A articulação pró-construção da barragem foi realizada, conforme notícia de setembro de 2014, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento de Santa Rosa, a ACISAP, o sindicato patronal das indústrias metalúrgicas e também da Agência de Desenvolvimento, conforme notícia de outubro de 2014, quando foi realizada uma reunião para traçar estratégias de viabilização do projeto. Cabe salientar que todas essas entidades são organizações regionais de cunho empresarial. Os esforços para iniciar a construção das obras também foram tratados em Brasília, conforme notícia de julho de 2014, a mesma notícia vincula a informação de que serão atingidas ao menos 12 mil pessoas. Ainda na linha favorável à construção, foi realizada uma palestra, em abril de 2015, por parte de advogados, para falar de indenizações nos casos de desapropriações. Em junho de 2015, outra palestra, de um engenheiro e um empresário, defendendo a necessidade da construção das barragens.

No outro lado da disputa, a mobilização (que leva a caracterização do conflito socioambiental) ocorreu em outubro de 2014. Um ato fluvial, onde a jangada da liberdade, acompanhada por 11 outras embarcações, desceram o Rio Uruguai, partindo de El Soberbio (Proto Soberbo do lado brasileiro), indo até São Borja (San

Tomé), como parte da mobilização para o plebiscito realizado no lado argentino, em toda a província de Misiones, sobre as barragens. Em novembro, a notícia do resultado, de 120 mil votantes, 116 mil disseram não para a construção das barragens.

No Brasil, em março de 2015, o MAB mobilizou um ato por conta do dia internacional de luta contra barragens, dia 14. Na reportagem, contestam a Engevix, empresa ganhadora da licitação, acusada de fraude nos estudos da barragem de Barra Grande. Em dezembro de 2015, o jornal traz uma reportagem que mostra que, nesse movimento, as mulheres são protagonistas na luta.

Das garantias que o movimento conquistou, em junho de 2014, o governo estadual instituiu a política de desenvolvimento de regiões e atingidos por barragens, garantindo direitos básicos à população que viria a ser afetada por este tipo de empreendimento, política essa revogada por decreto pelo governador Eduardo Leite (PSDB), em 2019. Mas a vitória do movimento até aqui tem sido garantida pela atuação do Ministério Público Federal, através da procuradoria federal de Santa Rosa, que, em janeiro de 2015, ajuizou ação com pedido de liminar (atendido pela justiça) contra o IBAMA e a ELETROBRÁS, para parar o processo de licenciamento da barragem, por conta do alagamento da mesma atingir o Parque Nacional do Turvo, inclusive deixando submerso o Salto do Yucumã (maior salto longitudinal do mundo, uma das sete maravilhas naturais do RS). Esse mesmo salto já vem sendo prejudicado, desde 2005, pelas barragens construídas a montante do Uruguai, em derrubadas, conforme reportagem de dezembro de 2016.

Logo após a ação, em fevereiro de 2015, o MPF realizou audiência pública, em Porto Mauá, para consultar a população sobre o empreendimento. Em maio de 2015, o tribunal de justiça negou a suspensão da liminar, pleiteada pela ELETROBRÁS, o que levou a estatal a decidir, em agosto, parar todo o trâmite do processo das barragens, até a decisão final da justiça, que, em agosto de 2017, manteve embargado o licenciamento, através de sentença em primeira instância.

Uma notícia importante sobre esse conflito, dada pelo jornal em maio de 2016, mostra a preocupação quanto a situação da população, pois a falta de definição sobre o futuro estava gerando um quadro de adoecimento nos moradores da cidade, sobrecarregando o sistema de saúde com casos de depressão.

Este quadro de conflito justifica a pesquisa que foi realizada com o objetivo de identificar, nos discursos dos sujeitos na luta contra as injustiças socioambientais, contribuições necessárias para o desenvolvimento de uma educação ambiental para a justiça ambiental, partindo dos pressupostos sobre educação, da relação com a natureza, e da imposição/oposição quanto a ideologia dominante, que seguem explicitadas a seguir.

Fundamentação Teórica

Esta produção científica não pode e nem pretende ser neutra ideologicamente. Ela é “intrínseca e extrinsecamente ideológica” (MINAYO et al., 2012), sendo indispensavelmente conduzida por um propósito societário, na expectativa da Educação Ambiental enquanto ferramenta de transformação da

sociedade e da emancipação dos sujeitos (LOUREIRO, 2012) e no combate às injustiças sociais e ambientais. Serve de ferramenta para a transformação social, no sentido de libertação dos sujeitos, de construção de sua autonomia e cidadania. Essa concepção parte de Paulo Freire, que coloca a liberdade (coletiva, não individualista, de mercado) e a autonomia como princípios. Liberdade de diálogo onde é possível, entre os semelhantes e diferentes, contra o opressor (MACHADO & MACHADO, 2017) em busca da libertação da opressão (FREIRE, 2019). Para tanto, a Educação deve ser orientada para o enfrentamento das situações de opressão às quais os sujeitos estão submetidos. De forma prática, deve partir de temas geradores da realidade social, onde são identificadas estas “situações-limite” (FREIRE, 2019). Superar estas situações não está baseado em uma atividade exógena aos sujeitos, mas na própria natureza humana de buscar a melhoria de suas condições (individuais e coletivas). É uma vocação humana do ser que é cerceada pela opressão, a busca do ser-mais.

A percepção da “situação-limite” e daquilo que a provoca leva os sujeitos à “consciência real”. A partir dela, pode-se projetar a superação desta situação, o “inédito viável”. Ao se tomar a atitude de buscar este “inédito viável”, de realmente transformar a sua realidade, caminhando no sentido do ser-mais, os sujeitos atingem o nível de “consciência máxima possível”, na vivência dessa atitude concreta, a “ação-editanda” (FREIRE, 2019).

Essa ação está materializada nos conflitos socioambientais, na mobilização dos sujeitos, pois um conflito socioambiental é a disputa na forma de apropriação de um território (ACSELRAD, 2004), em que o grupo demandante necessita por em prática seus anseios para com o ambiente, se contrapondo a algum agente/grupo demandado. É exatamente na situação de conflito que se rompe a normalidade da imposição de discursos hegemônicos (MORAES & MACHADO, 2016), evidenciando o antagonismo dos discursos dos demandantes em relação aos demandados. Nesses discursos, encontra-se a consciência atingida no processo de mobilização, constitui um aprendizado que os sujeitos internalizam em conjunto na luta. Aqui, entende-se que aprendemos sempre no contato com o outro, para depois internalizamos o aprendizado como conhecimento, através da linguagem (VYGOTSKI, 1991, p. 64).

Sobre a relação da sociedade com a natureza, entende-se como degradante por conta da apropriação desigual dessa natureza, fruto da desigualdade social (RECLUS, 2010). Uma sociedade justa socialmente consolidaria uma relação solidária e respeitosa com o meio ambiente, e não somente de exploração. Não que a nossa relação com o meio seja harmoniosa, ela também é baseada na conflitividade (RECLUS, 2010). Porém, em nossa sociedade, ocorre a apropriação desigual do meio ambiente, ocorrendo a exploração dos recursos naturais de forma desigual, e a degradação do meio ambiente de forma irracional, em busca da exploração máxima desses recursos (RECLUS, 2010), inclusive com a monetarização do acesso à contemplação do que é belo na natureza, tornando-se privados e caros os de maior beleza. Além disso, a própria capacidade contemplativa é desigual, pois as/os mais despossuídas/os, além de ter acesso dificultado às paisagens, possuem uma existência amargurada pela exploração, não permitindo-lhes esses momentos contemplativos (RECLUS, 2010).

Por fim, esta pesquisa se relaciona com o que buscam os sujeitos em suas mobilizações, que aspectos ideológicos os/as levam a entrar em conflito e quais são constituídos neste processo. Para tanto, deve-se considerar que a ideologia dominante e cotidianamente imposta em nossa sociedade é o neoliberalismo. Esta ideologia começa a surgir, como formulação teórica, a partir da crise do mercado financeiro de 1929 e se consolida enquanto teoria após a segunda guerra mundial, com pensadores como Hayeck, Mises e Friedman (DARDOT & LAVAL, 2016).

Basicamente, as regras desse consenso eram a redução dos estados, principalmente com a privatização de estatais e a abertura aos mercados internacionais das economias das nações. Assim, as regras da política e economia globais deixam de ser ditadas pelos governos e pelo setor produtivo, passando para as mãos do mercado financeiro especulativos (DARDOT & LAVAL, 2016). Porém o ponto que mais toca a esta proposta de pesquisa é que os teóricos neoliberais se deram conta que, para a hegemonização de sua proposta, seria necessário disputar a consciência das pessoas, transformá-las à sua maneira (DARDOT & LAVAL, 2016).

Na concepção neoliberal, todos os aspectos da vida devem ser tratados de forma individualizada. Cada um deve ser responsável por seus anseios e problemas. A solidariedade passa a ser desvalorizada e a competição normatizada enquanto comportamento social. Cada um deve agir, por esta lógica neoliberal, como uma empresa de si mesmo (DARDOT & LAVAL, 2016).

Isso rompe com o paradigma de comportamento imposto pelo liberalismo clássico do homem-produtivo, baseado no trabalho enquanto central para a humanidade, constituindo um novo padrão, o do homem-empresarial (DARDOT & LAVAL, 2016), não só na relação com o trabalho, mas em todos os aspectos da vida (DARDOT & LAVAL, 2016). Rompe também no sentido ético, transformando os princípios da ética cristã-ocidental, que carrega a identificação com “algo” maior e produz um compromisso com a comunidade. Agora os princípios éticos são atrelados apenas a si próprio (DARDOT & LAVAL, 2016), transformando as relações sociais em “transações” baseadas na eficácia, no ganho e no desempenho, não mais na empatia, solidariedade e satisfação em comum (DARDOT & LAVAL, 2016).

Porém, essa lógica é imposta no seio de uma sociedade que continua desigual, injusta e baseada na exploração do trabalho. Ao individualizar as culpas e responsabilidades que são sociais, se provoca uma série de problemas interiores: sofrimento, corrosão da personalidade, desmoralização e um quadro de depressão generalizada (DARDOT & LAVAL, 2016). Provocando também um abandono generalizado dos espaços que são comuns, comunitários, além de uma desvalorização dos serviços públicos e da discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas (DARDOT & LAVAL, 2016).

Argumentamos, portanto, que solidariedade, apoio-mútuo e autogestão são antagônicos à ideologia neoliberal e fundamentais na construção de uma sociedade mais justa.

Metodologia

Após o mapeamento e a identificação dos conflitos, foi realizada uma

aproximação com a comunidade atingida pelas enchentes. Que resultou em grupos focais na escola da comunidade atingida (e que atende a população do novo loteamento citado na introdução). Seguindo a metodologia proposta por Thornton (2005), foram selecionados alunas/os, servidora e membro da comunidade para os encontros do grupo. Quanto ao movimento envolvido na luta contra o complexo Garabi/Panambi, a aproximação resultou em entrevista (MINAYO et al., 2012) aberta-dialogada com uma militante do movimento de atingidos pelas barragens.

Os encontros do grupo e a entrevista foram gravados em áudio e a sua gravação consistiu no *corpus* de análise. Entendendo o discurso como expressão dos sujeitos e seu contexto, lembrando que um discurso nunca é proferido por um sujeito sem a interação com o outro, se constitui na “fronteira entre duas consciências” (BAKHTIN, 2016), fato que deve ser observado na análise, pois o discurso é emitido tendo em vista sua compreensão em outra consciência, tornando quem ouve parte da constituição do mesmo. A compreensão do discurso é uma resposta a ele, tornando ativa a construção dele em quem ouve (BAKHTIN, 2016).

Os discursos possuem uma delimitação característica, o enunciado, que possui um sentido próprio, se conclui em si (BAKHTIN, 2016). Porém, não são isolados, eles participam sempre de uma trama discursiva maior, um *continuum* (ORLANDI, 2012). Cada enunciado, que possui seu sentido próprio, pode ser expresso de diferentes formas (paráfrase), assim como a um mesmo texto podem ser atribuídos diferentes sentidos (polissemia) em outros contextos de enunciação (ORLANDI, 2012). Como o que interessa para a análise é justamente o sentido (o significante do enunciado) e não o texto em si (seu significado) a unitarização foi feita em unidades de sentido, conforme propõe Orlandi (2013). Essas unidades foram categorizadas (ORLANDI, 2013), a partir do referencial teórico apresentado, em três categorias gerais: a primeira é a relação com a natureza, que demonstra a maneira como o sujeito em questão se relaciona com esta natureza e a desigualdade no acesso e na apropriação desta. A segunda consiste na relação do sujeito com a educação e a aprendizagem que se vivenciou com o processo conflitivo. A terceira na sua projeção para com o futuro, assim como enunciados que possam reproduzir ou antagonizar a ideologia neoliberal.

Por fim, apresento como resultado a interpretação, baseando-se na análise de contexto permitida pelo mapeamento e pela aproximação aos grupos e na fundamentação teórica. Entendendo a interpretação não como uma descrição e compilação, mas sim uma teorização sobre os discursos analisados (ORLANDI, 2013).

Enchentes Urbanas de Santa Rosa/RS

A primeira forma de ocupação da região da fronteira noroeste foi por grupamentos de indígenas, esses que vieram a construir as sete missões jesuíticas erigidas no lado oriental do rio Uruguai, no século XVII, situadas um pouco a sul da região de Santa Rosa (SARTORI et al., 1981; CHRISTENSEN, 2008). Missões essas que, além da catequese, também já possuíam um caráter exploratório a mando da coroa espanhola, pois, para a companhia de Jesus, “seriam reservadas as fortunas parciais, em ouro e prata que fossem surgindo, pelo esforço contínuo e ininterrupto

dessa gente incansável que tanto cultivava o solo como operava a conversão dos gentios” (CARDOSO, 1947, p.10). Dessa população primitiva, hoje encontram-se ainda seus herdeiros diretos, que, da riqueza da natureza, nada mais possuem, e, em Santa Rosa, é possível vê-los acampados à beira da rodovia ERS 344, subsistindo do tradicional trabalho de confecção de cestos de taquara, quando não se encontram nas ruas do centro da cidade, à margem da população, sendo considerados como um problema, quando acabam por pedir esmolas, conforme notícias vinculadas no jornal Noroeste, em maio de 2017. Esse jornal ainda demonstra a maneira como eles são considerados, por parte da população da região, ao registrar o assassinato de um indígena que passava a madrugada na rodoviária de Três de Maio.

Mas, voltando à história, quando, no início do século XX, o governo de Borges de Medeiros incentiva a criação das colônias no interior do estado, aqui na região existia uma população que ainda carregava o sangue indígena, misturado com o português e espanhol. Esses, por sua vez, ocupando de forma dispersa as áreas, subsistindo da extração da madeira e da erva mate, chamados de povos das matas, por Christensen (2008), vindo a serem organizados dentro da estrutura das colônias que estavam em criação. Esse processo de colonização da região foi fortemente incentivado, principalmente com a oferta, a preços módicos e facilmente financiáveis, aos imigrantes, em sua maioria, alemães e italianos (CARDOSO, 1947).

Aqui, Cardoso (1947) já registra uma distinção de tratamento e de entendimento sobre as diferentes etnias, inclusive de forma pejorativa e ofensiva, afirmando que o “indígena que ainda resta nos toldos destas paragens precisaria ser atendido com mais cuidado e interesse em vista do adiantado estado de degenerescência em que se encontra” (CARDOSO 1947 p.18). Enquanto sobre a população aqui existente, os *pelos duros*, esse autor, um dos primeiros a escrever uma obra sobre a região, afirma que “com sua psicologia complexa e sua sensibilidade extrema, o elemento trabalhador nacional carece de continuidade por parte do governo para que melhores proveitos dele se possa tirar” (CARDOSO 1947 p.18), em contrapartida, a visão sobre os imigrantes é outra, bem diferente, diz ele que “os colonos de origem alemã e italiana são trabalhadores, obedientes, bons chefes de família e bastante industriais” (CARDOSO 1947 p.20), ainda ressalta maior admiração àqueles que possuem algum empreendimento, colocando que “quando detentores de indústrias ou casas comerciais, são controlados, econômicos, honestos e construtores. Sob o ponto de vista intelectual e artístico, tudo é incipiente e elementar entre os seus talentos, mais acentuados” (CARDOSO 1947 p.20). Essa forma de entender a história vai ao encontro do que foi descrito no referencial teórico, quanto ao eurocentrismo da produção científica.

Para organização e loteamento da terra, se instalou na recente colônia a comissão de terras. Esses lotes eram vendidos, tanto a vista como a prazo, sendo que moradores nativos de Santa Rosa acabaram por comprar somente 2,9% do total de lotes, a maioria foi vendido para pessoas oriundas de outras colônias (SARTORI et al., 1981). Em poucos anos, as transações financeiras envolvendo as terras acabaram por delimitar ainda mais o cenário da apropriação da mesma, entre 1932 e 1942, somente 9,95% das compras de terras foram efetuados por luso-brasileiros, sendo 59,49% feitas por descendentes alemães, e 21,39% por italianos (CHRISTENSEN, 2008). Também nessas terras foram plantadas as primeiras sementes de soja do

Brasil, trazidas em 1923, dos EUA, pelo pastor Alberto Lehenbauer, cultura que hoje monopoliza a produção agrícola da região, tomando o lugar que, até meados do século passado, fora do milho (CHRISTENSEN, 2008).

A orientação da produção rural foi delineando-se no sentido da produção de soja (também milho e trigo), o que levou ao desmatamento intenso e ao abandono de culturas úteis à própria alimentação, levando os produtos alimentícios da cidade, rica em terras, a serem trazidos de outros locais e comercializados em mercados (SARTORI et al. 1981). Essa realidade é parte evidente no discurso dos sujeitos entrevistados, aquelas pessoas mais velhas relatam o quanto a realidade, no campo, era diferente. Conforme os relatos coletados, “*a gente não era rico, era pobre, mas era uma pobreza diferente, a gente tinha casa pra morar, tinha coisa pra comer*”.

Esse processo não é unicamente sentido nessa situação, mas um padrão que levou, na segunda metade do século passado, ao abandono das pequenas propriedades. Assim como todo o interior do estado, a região sofreu o processo de êxodo rural (SARTORI et al. 1981), a partir da década de 60, que compeliu aos pequenos produtores menos abonados a venderem suas terras e ocupar as periferias da cidade, em Santa Rosa. As principais vilas periféricas se formaram nesse processo (RODRIGUES, 2016), tendo como orientação de ocupação a proximidade com o Rio Pessegueirinho (MARTIN, 2014), a exemplo da ocupação inicial da cidade, porém na outra margem em relação ao que viria a ser o centro da cidade.

Nessas vilas, as áreas menos nobres do loteamento, que localizam-se muito próximas ao rio, sofrendo risco ambiental, são consideradas *áreas verdes*, reservadas a não habitação, porém, a condicionante econômica leva essas áreas a serem ocupadas por aquelas famílias que não possuem condições de adquirir terreno melhor, sofrendo o ônus da proximidade do rio e das conseqüentes enchentes em tempos de muita chuva. A realidade no início da ocupação da área, onde hoje se encontram tanto a escola, quanto a casa das/os participantes nos grupos focais, era de um grande acampamento de lonas pretas, onde, segundo uma das moradoras vigorava a miséria, um ambiente de pobreza que fez ela, por algum tempo, chorar, pelo lugar onde veio morar e pela vida deixada para trás.

Esse cenário acolhia gente de muito lado, vindas do interior ou de outras cidades já saturadas pela falta de emprego, encontravam algo não tão positivo como imaginavam. Aqui, o que mais se ressalta dos discursos, como manifestação da **desigualdade**, é a criminalidade. Um local onde, segundo os relatos, é muito difícil arrumar emprego e também onde muitas pessoas, que há alguns anos saíram da escola e ficaram sem alternativa de trabalho, começaram a roubar, ou onde um “*vizinho mata outro com uma facada*”, em um dos exemplos.

Mesmo essa condição gera uma identidade, de certa forma, positiva, pois alguns discursos, quando se deslocam do eu pessoal para o eu enquanto membro da comunidade, demonstram orgulho em ter “*se criado na quebrada*”, ou seja, a condição de desigualdade talvez tenha, nela mesma, o ponto inicial, a semente da identidade necessária à mobilização, em prol de uma mudança da realidade.

Tanto é que foi a organização da comunidade que fez com que a situação coletiva melhorasse, um bairro que antigamente foi estigmatizado por ser violento,

causando preconceito do resto da cidade (antigamente, se fosse deixar um currículo com o endereço do bairro, era certo que não seria contratado, por exemplo). Hoje, ele causa inclusive inveja de outros locais, do tipo, *“até lá tem asfalto e aqui não”*. Isso se deve, segundo o relato dos mais velhos, à participação dos grupos, de uma união muito forte entre os moradores, de não tentar abandonar o bairro, virando as costas para os outros, mas ficar e construir uma vida melhor para todas e todos.

Nos relatos, também ficou evidente a importância de uma das gestões da prefeitura municipal (Orlando Desconsi – PT), por ter investido em obras de infraestrutura no bairro (principalmente na construção do novo loteamento e na limpeza do leito do rio), obras que tranquilizaram a vida do local, trazendo uma paz que mudou até a maneira como se relacionavam com a chuva, (antes com tensão, medo) agora com alegria. Essas obras, assim como o asfalto e calçamento em algumas vias, ajudaram a aumentar a autoconfiança dos moradores, mas os discursos lembram que não foi somente por boa vontade que ocorreram, mas anos de forte mobilização por parte das moradoras e dos moradores.

Contudo, a realidade das e dos participantes demonstra que a desigualdade ainda se apresenta forte, e tem sido sentida entre os mais novos. A questão do emprego é bastante mencionada, sendo que algumas das jovens trabalham informalmente como diaristas e outras jovens e outros jovens estão à procura, mas com dificuldades de arrumar emprego. Além do desemprego, chama atenção a relação com o envolvimento das famílias com delitos, sendo que uma das jovens relata que mora somente com o irmão mais novo, cuidando dele e da casa, pois ambos os pais estão presos, ela portanto *“sobrevive com o salário de preso”* que recebe enquanto indenização pelos dois.

O patamar desigual que podemos perceber que o bairro possui em questão de renda, em relação ao centro e aos bairros nobres da cidade, é um dos aspectos da desigualdade presentes, pois, dentro da mesma comunidade, se evidenciam essas distinções, desde a localização das casas, pois não é por querer que as pessoas se submetem a isso. Nas palavras de um dos participantes do grupo focal: *“se elas tivessem condições não estariam morando na beira do rio”*, pois um terreno na margem do mesmo custava, a anos atrás, dois, três mil reais, enquanto os outros terrenos, em torno de 15 mil.

No discurso coletado, quando se faz referência aos **conflitos**, na relação com o rio, percebe-se que antigamente este constituía uma riqueza natural apropriada por quem ali vivia de maneira saudável, o Pessegueirinho era um rio de águas cristalinas que usavam para dessedentação, onde se banhavam e pescavam, como conta uma das jovens. Mesmo ela com pouca idade, lembra-se de quando veio para cá e que ao redor da sua casa era tudo mato, onde a lembrança do barulhinho da água é tida como algo bom. Lembram-se os jovens de acampar na beira do Rio, na época (o que parece, nessas falas, ser longínqua, mas que não ultrapassa duas décadas) em que se podia brincar de esconde-esconde em todo o bairro, também se pescava no rio e até mesmo tomava-se banho nele (mesmo sem a recomendação dos pais).

Até mesmo a enchente provocava momentos de lazer, além do sofrimento, da perda dos bens, relatados de maneira geral, assim como o trabalho intenso de tentar

salvar os pertences das casas, tanto das suas quanto das outras. Quando a enchente tomava a ponte da Sinval Saldanha, acesso do Planalto ao centro, uma das diversões da garotada, depois de retirado o que se podia da força das águas, era subir na ponte e se atirar dentro do Rio, para sair nadando a jusante dele, até mesmo o campo alagado (aquele que a metalúrgica Fratelli deu conta de aterrar, e que todos os discursos que fazem menção a ele apontam como agente de intensificação das enchentes) se tornava um divertimento para a molecada das vilas ao redor.

Mas, de maneira uníssona, as enchentes trazem más recordações, são de fato, nesses discursos, uma das maiores causas de prejuízos na vida dessas pessoas. Perdem-se os móveis, perde-se o trabalho, para se recuperar e reconstruir o que é necessário, e perdem-se vidas, tanto de animais (cachorros, porcos) quanto humanas. Em um dos relatos, consta que, há muitos anos, uma criança foi arrastada pelas águas e nunca mais foi encontrada.

Essa mudança de realidade, na relação com o Rio, começa a acontecer ao longo dos anos, conforme mostra a bibliografia, antes mesmo do loteamento das vilas e ocupação das áreas verdes, com a implantação de empreendimentos à beira do Rio, sendo eles um curtume (1918), uma indústria de beneficiamento de laticínios (1949), uma de grãos (1955) e um frigorífico (1956) (CHRISTENSEN, 2008; RODRIGUES, 2016).

Essa mudança de apropriação do ambiente, transformando o que era usado de maneira não degradante, tanto pelos indígenas, quanto posteriormente pela população de sua descendência, em empreendimentos que causam a degradação ambiental e em uma apropriação do território de forma desigual, que sujeita aquelas e aqueles menos favorecidos aos problemas ambientais, parece criar uma situação de injustiça ambiental, sendo os grupos mais periféricos e desabonados suportadores de um ônus desproporcional dos problemas ambientais, ao passo que, na história escrita da cidade, encontram-se narrativas sobre grandes empreendedores que “desenvolveram” a região e, nesse processo, acumularam riquezas.

Essa realidade é sentida na pele pelos sujeitos entrevistados, que relatam ainda existirem momentos em que Camera (a indústria de beneficiamento de grãos) e o frigorífico (agora ALIBEM) supostamente largam resíduos nas águas do Pessegueirinho, provocando “*cheiro de podre*”, sentido por eles. Isso “*não acontece todo dia, mas quando acontece é muito forte*”.

Viver essas situações acaba por constituir, mesmo que não percebam, essas pessoas como *ser*. Nos discursos, mostram que não há ação de Educação Ambiental que poderia levá-los (os sujeitos) a **apreender**, através de conteúdos, como a vivência prática leva. Ao verem o rio tomado de lixo, entendem que isso contribui para o seu sofrimento e se tornam, como me contaram, guardiões que não permitem que qualquer pessoa descarte lixo em local inapropriado, assim como desejam, com toda a força, que as empresas, ao poluírem o rio, sejam penalizadas. Percebem que só as placas que instalaram nas proximidades da ponte não dão conta de convencer e de que é preciso ir até as pessoas e contar tudo que a não preservação da natureza

causa a eles³.

Além disso, em nível de organização, os discursos (dos mais velhos) mostram a percepção, ao longo dos anos, que a política não é feita a partir de uma liderança ou de outra, mas sim com a comunidade toda participando, pautando, reivindicando. Ainda que a dependência do poder público (que ajuda, e que deve cumprir seu papel) deva ser um passo inicial, mas que a capacidade da comunidade de se organizar, sem depender do estado, além de tornar a mobilização mais forte, aumenta o sentimento de autoconfiança em si mesmos (no caso os moradores da auxiliadora), nas entidades e na força que possuem enquanto cidadãos e cidadãs.

Nesse sentido, a **Educação**, nesse caso, o estabelecimento responsável por ela dentro da comunidade, a escola (em todas que estive), cumpre um papel mais que crucial, tanto pela capacidade de unir e socializar os moradores de um bairro ou uma vila, nas palavras deles “*é na escola aprende o verdadeiro significado de amizade*”; quanto no apoio prático que a estrutura da mesma oferece nas demandas comunitárias, como uma das escolas que, diversas vezes (mais de 13 na lembrança de um dos sujeitos), abriu as portas para que as famílias atingidas pela enchente pudessem se alojar, servindo como teto para a comunidade que a acolheu. Esse apoio é mútuo, pois, no caso da mesma escola, quando o governo Leite (PSDB) ameaçou acabar com o ensino médio no estabelecimento, em 2019, foram mobilizados não só aquelas e aqueles que utilizam a escola, mas toda a comunidade, seus moradores de forma independente e as entidades que ali existem se juntaram, conforme os relatos, para exigir que a escola permanecesse aberta.

A comunidade, composta por pessoas, das quais algumas pude ouvir para entender os discursos que produzem, mostram que possuem desejos para o **futuro**, que inconscientemente se dividem de duas formas, partindo das mesmas pessoas, mas de enunciadores diferentes em cada uma. Individualmente, tudo o que querem é a paz de não ver o bairro mais atingido por enchentes como as que passaram (o que acaba sendo um interesse coletivo, por ser compartilhado entre os moradores, mas que vem do íntimo do desejo pessoal), e coletivamente, enquanto moradores e cidadão, um futuro melhor para o seu bairro enquanto estrutura: melhorias nas ruas, iluminação e principalmente “*emprego para todo mundo*”.

A construção desse futuro, de forma prática, já está se consolidando com as conquistas que a luta na qual se engajaram trouxe (o novo loteamento, a estrutura conquistada até agora). E, nesse processo, trilham o caminho da **utopia** que desejam, pois, como conta um dos entrevistados, já quase perdeu a vida para ajudar a salvar outras pessoas nas enchentes, entrando na água sem a certeza de conseguir voltar, mas fazendo isso por entender a importância da solidariedade e do apoio mútuo. Todos os discursos generalizam a importância da solidariedade, principalmente na enchente, onde, para salvar uma casa atingida, todos em volta se juntam para ajudar. De maneira especial, ouvi uma história de que uma senhora que vivia sozinha, no bairro planalto, era sempre a primeira a ser socorrida, mesmo que a casa daqueles que a ajudavam estivesse também sendo atingida, ou seja, o exercício compulsório da solidariedade mostra o quanto ela é indispensável para a construção do mundo

³ A partir da vivência dos sujeitos, ocorre a percepção da limitação da EA Informal, da necessidade de uma ação no âmbito da EA não-formal.

que se deseja.

Outro fator que chamou atenção nessa construção é que, em um dos bairros, a associação que organiza a comunidade, por ser forjada no conflito e na solidariedade, tem, por pressuposto, não discriminar ninguém. No discurso do seu representante, o mais importante nela é o fato de que *“não importa a qual religião se pertença, ou qual posição política, não importa se é branco ou é preto, possui o mesmo acesso a entidade”*, a mesma voz e os mesmos direitos dentro da mesma.

Luta contra as Barragens

A entrevistada conta que a história que criou na beira do rio corre o risco, com o empreendimento, de ser apagada (como ter uma parte da vida apagada, segundo ela), que as *“raízes que a família possuem serão arrancadas”*. Ela considera-se para além de alguém que vive às margens do rio, mas uma pessoa que tem total ligação com ele, *“um ser vivo que depende do Rio”*, assim como os animais também dependem para a dessedentação e toda a vida ao redor dele, como árvores centenárias que, com o projeto, estariam sentenciadas a desaparecerem, e que possuem 20, 30, 40 ou até mesmo várias gerações de vida neste local.

Até mesmo os conflitos naturais da população ribeirinha com a natureza, como as enchentes, possuem, com a construção das barragens, uma outra conformação, não mais natural, mas agora proposital, pois, segundo ela, as águas das barragens já construídas são liberadas de uma vez só, trazendo-as com uma força e velocidade que arrasa tudo pelo caminho, de uma maneira diferente do que aquela que a natureza por si só provoca.

Os efeitos dessas barragens são sentidos no cotidiano não só na enchente, mas inclusive no seu sustento, pois, segundo ela, os peixes já não são abundantes como antigamente. A água que agora sai das represas já é uma água sem vida, que por vezes faz com que se encontrem peixes mortos, desconfiando-se inclusive da utilização de produtos químicos nas turbinas (que seriam para evitar a incrustação de organismo nas mesmas), para além da alteração na reprodução das espécies, conforme já descrito anteriormente. Se a situação já se apresenta assim, imagina com a construção de mais duas (Garabi e Panambi).

O rio também representa outros aspectos da vida além da subsistência, também é o lazer, pois, segundo a entrevistada, é uma *“preciosidade poder desfrutar daquele rio que ainda corre livre”*. Na questão econômica, para além do valor que a terra, a casa e os pertences possuem, ninguém vai pagar todo o tempo que foi gasto com as culturas que se possuem ali, pois existem árvores que só produzem depois de quase dez anos, esse investimento jamais será ressarcido.

Esse medo ronda toda a população, pois não são todos que possuem o título da propriedade, mesmo sendo moradores a décadas do local, ela conta ter tido a oportunidade de conhecer atingidos de outros lugares do Brasil que perderam a terra que tinham, sem ressarcimento, por não possuírem o título da propriedade e que hoje moram nas periferias das cidades, trabalhando como catadores de lixo, ampliando o cenário de desigualdade nas cidades. Essa é a insegurança e o medo que assolam toda a população daqui, de perder tudo o que tem e se ver sem ter para onde

ir e onde trabalhar.

Mesmo quando as indenizações são pagas, elas não dão conta de cobrir aquilo que se perde. Em termos materiais, se ressarce a terra, mas a casa e todo o trabalho investido não são colocados na conta.

De maneira geral, um projeto desse não traz nenhum benefício à população, *“só quem ganha com a construção são as empresas”*. *“É um dinheiro que não serve, em nenhum lugar para o bem das comunidades, mas sim para ser levado para fora do Brasil”* no bolso de grandes empresários. Basta ver quem está à frente da tentativa de retomada do projeto. A nível nacional, se destaca um senador que tem grande envolvimento com os megaempresários, e, a nível local, a associação comercial de Santa Rosa (ACISAP), reduto da burguesia local. Segundo o relato coletado, alguns prefeitos acabam por comprar o falso discurso de desenvolvimento, políticos que estão iludidos com as promessas de um dito desenvolvimento que só traz prejuízo.

O real desenvolvimento seria a continuidade daquilo que a região já faz por vocação, nas palavras da entrevistada: *“para nós atingidos desenvolvimento é ter nossa terra como ela tá, continuar produzindo, alimento saudável”*. Esse é o grande confronto em termos de projeto de desenvolvimento, que faz com que a população vá à luta na defesa daquilo que acredita.

Essa luta, que é travada pelas comunidades locais, também depende do trabalho de educação para que exista. Se não fosse a articulação com o MAB nacional, o projeto já teria saído, com o apoio da própria comunidade, pois a informação e formação, possibilitada pela presença de companheiras e companheiros que vieram de outros locais em que já estavam organizados, trazendo o acúmulo de experiência e de debate, foi fundamental.

Em um primeiro momento, a (des)informação que se tem contato é trazida pela mídia, vendendo o projeto como algo bom. Somente com um trabalho de base, que requer muito debate e informação, é que consegue se mostrar com nitidez à população, a importância de se manter o rio vivo, em todos os aspectos. No início, muitas pessoas eram radicalmente a favor da obra, agora, até mesmo aquelas que ainda são favoráveis já tem uma opinião reflexiva, de que, mesmo com a construção, os direitos devem ser garantidos, para que a região não entre em estado de miséria disfarçada de desenvolvimento.

Esse processo de conscientização vai além de ser a favor ou contra este projeto em específico, mas sim no entendimento de que somos parte do ambiente em que vivemos, de que a vida das pessoas não está afastada da vida da natureza. Esse é um dos aprendizados coletivos que se destacam no seu discurso, de que *“preservar o ambiente é preservar a própria vida”*.

Dentre a aprendizagem que a entrevistada conta ter tido a oportunidade de construir, ao se mobilizar, ressalta a importância de que, militando em prol da vida (sua e da natureza), aprende-se na prática o funcionamento do sistema capitalista. Esse tempo que militou representou uma faculdade, em termos do que se aprendeu. Na entrevista, a sujeita diz que, nesse processo, entendeu o quanto a ganância do capital *“divide, explora e exclui”*. A partir do engajamento no conflito, aprende-se nitidamente quem são os opressores e quem são oprimidos; assim como é no

processo de luta que se aprende que somente de forma organizada se consegue força necessária para exigir algo, que sozinho somos fracos, mas juntos podemos resistir e mudar aquilo que tentam impor.

Quanto ao futuro, o desejo é que se consiga manter essa comunidade onde ela está, trabalhando e vivendo em harmonia com o rio. Porém, o cenário é de incerteza, de medo. Antes de 2010/2011, eram mais felizes, conta a entrevistada que, a partir dali, vive-se em um clima total de medo, insegurança e incerteza, que de certa forma se perdeu a vontade de viver, pois a iminência de “*ter a história afogada*” faz com que as noites de sono, de quem está sendo ameaçado, se tornem intranquilas. Assim também na questão material, pois desde que o projeto veio à tona, ninguém tem segurança para investir nas propriedades, pelo risco de ver aquele investimento ir (literalmente) água abaixo.

A organização para evitar um futuro de tragédia, com a construção do empreendimento, aponta, no discurso da entrevistada, para a elaboração de valores próprios do movimento, que demonstram ser necessários à utopia de um mundo mais justo. Nas falas coletadas na entrevista, o que mais fica evidente no processo de mobilização é a importância da solidariedade, que, no movimento, “*se eu tiver um pedaço de pão eu divido esse pedaço de pão com quantos estiver do meu lado*”. Os espaços de luta são locais onde todos são tratados com igualdade, independente da roupa que vestem ou de onde são.

Segundo a entrevista, aquele sentimento, que se percebe em muitos hoje em dia, de, ao conseguir comprar um carro novo, por exemplo, fazer pouco do vizinho que não consegue, se dissipa quando se está lutando junto, desfazendo o já naturalizado individualismo e a competição, reatando o que de humano deve existir nas relações sociais. Ao lutar lado a lado, aprende-se, segundo ela, a valorizar as pessoas como seres humanos, não como objetos, tratando todos e todas com igualdade.

Esse sentimento faz com que se perca o medo de enfrentar os desafios que uma luta dessas impõe. Existe aqui, e isso fica perceptível na fala dela, a construção de um sujeito coletivo, ao falar enquanto enunciador de forma pessoal, os eventos de maior intensidade da luta são lembrados com um sentimento de fragilidade, de sentir-se impotente frente a força da imposição do capital. Porém, ao falar sobre o mesmo momento enquanto militante e coordenadora de um movimento, o sentimento é de força, de poder, de empoderamento, de conseguir demonstrar ao inimigo que a organização e a resistência estão acontecendo e isso a torna forte.

Esse sentimento duplo foi demonstrado ao lembrar de dois momentos, aquele em que o movimento esteve em posadas, no grande ato em que culminou a marcha dos Rios Libres, momento em que o movimento brasileiro se juntou aos companheiros e às companheiras argentinos(as); e quando o grupo do movimento regional entregou o marco de início das obras (arrancado em ato do movimento) ao ministro da Secretaria Geral da Presidência da República. O discurso sobre esse momento demonstra nitidamente o quanto, através da organização e da luta, o sentimento de revolta que a injustiça causa, de apequenamento a nível individual, se torna potência e força quando compartilhado coletivamente.

Por fim, o que se destaca, no discurso analisado na entrevista, é o

envolvimento emocional fortíssimo da companheira, onde, para ela, o que faz com que a luta tenha êxito é o fato de ser trabalhado com o coração, que todas as falas que proferiu vieram do coração, e que a carga sentimental é muito importante para se levar a luta adiante. Podemos dizer, em outras palavras, que lutar é necessariamente um ato de amor, à vida, à natureza, ao próximo, à comunidade a que se pertence e se está defendendo.

Considerações finais

Fica evidente, terminada a análise, que as afirmações sobre a vigência da imposição neoliberal, são verdadeiras. Existe uma imposição de um modelo de organização que tenta ampliar cada vez mais as desigualdades e injustiças, naturalizando-as. Os conflitos tratados aqui são um exemplo onde, por pouco, não se botou abaixo d'água uma das mais belas maravilhas naturais do estado e desalojou-se milhares de pessoas.

Juntamente à imposição física, à implementação das ideias individualistas e de competição, torna cada vez mais difícil um processo de transformação social. Em outras palavras, estamos esquecendo que um mundo mais justo é possível, estamos perdendo a capacidade de idealizarmos este possível futuro melhor, de sermos utópicos. O momento do conflito, enquanto ruptura da hegemonia nos discursos, com a retomada do sentimento coletivo, reconstrói não só uma perspectiva coletiva de futuro, como proporciona a aprendizagem coletiva das relações que este futuro necessita. Criam outras relações, compartilham de outras experiências, em conjunto com aqueles que estão na mesma situação, lado a lado. Na interação com os outros, internalizam aquilo que é necessário saber para conviver de maneira justa, igualitária. Independente da relação que esses grupos tenham ou venham ter com o estado e com governos, a experiência do conflito implica a organização e aprendizado *a partir* da organização autônoma deste grupo, experiência pautada em princípios que antagonizam com a lógica de mercado. Portanto, pensar a Educação Ambiental, que realmente dê conta de criar as condições para que uma transformação social e ambiental se concretize de fato, é pensar essencialmente na construção desse processo de permitir a vivência da solidariedade, do apoio-mútuo e da autogestão.

Por fim, não basta só a convivência para que os valores apontados nos discursos apareçam, nem mesmo basta somente que se mobilize para uma pauta em específico. O que faz com que realmente se irmane é um ideal em comum, o compartilhamento da Utopia, que, por mais que seja pontual, é uma parte, mesmo que pequena, do mundo que se deseja construir.

Entretanto, para que a Educação Ambiental possua um caráter realmente transformador e emancipador, como se propõe, e para que consiga realmente ser pautada pelos próprios sujeitos, *a partir* deles, na busca da Justiça Ambiental, deve necessariamente ser utópica e resgatar as utopias. Possuir como ponto de partida a utopia dos sujeitos a elas relacionados, e, para além, deve provocar o exercício de pensar utopicamente, de reconstruir os sonhos/planos/pautas de uma realidade coletiva melhor.

Talvez esse seja o ponto de inflexão que a ordem neoliberal tanto busca, de destruir as possibilidades de mudanças significativas, permitindo a perpetuação das injustiças. Cabe, mais do que a qualquer outra área, à Educação Ambiental, não permitir que aconteça esta morte do pensamento utópico, a morte da idealização de um mundo melhor. Cabe a nós, todos e todas enquanto sociedade, mas principalmente aos e às educadores ambientais, o resgate da Utopia, começando por nós e por onde estejamos atuando.

Referências

- Acselrad, H. (2004). As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: Acselrad, H. (org.). *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrich Böll.
- Acselrad, H.; Mello, C.C.A.; Bezerra, G. N. (2009). *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do Discurso*. São Paulo: Editora 34.
- Cardoso, V. (1947). *Município de Santa Rosa* [Monografia]. Porto Alegre: Livraria do Globo.
- Christensen, T. (2008). *Santa Rosa história e memórias*. Santa Rosa: LM propaganda.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Fraga, G.W. (2013). Memórias de terra e de águas: O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327960_ARQUIVO_memoriasdeterrasedeaguas2.pdf.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia do Oprimido, 67ª ed.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Loureiro, C.F.B. (2012). *Trajetórias e fundamentos da Educação Ambiental, 4ª ed.* São Paulo: Cortez.
- Machado, C.R.S.; Machado, T.F. (2017). O lobo (o opressor) em pele de cordeiro entre nós (os desiguais e diferentes): Os conflitos em Paulo Freire como contribuição aos processos educativos e produtivos. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire*, p. 60-78. <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6893/>.
- Martin, C. (Org.) (2014). *Planalto: Revivendo histórias*. Santa Rosa: Café pequeno.
- Minayo, M.C.S.; Deslandes, S.F.; Gomes, R. (2012). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 31 ed.* Petrópolis: Vozes.
- Molon, S.I. (2009). As Contribuições de Vygotsky na formação de educadores ambientais. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. *Repensar*

a Educação Ambiental: Um Olhar Crítico. p.141-172. São Paulo: Cortez.

Moraes, B.E.; Machado, C.R.S (2016). Os conflitos como momento de ruptura da hegemonia: Contribuições à sociologia e à Educação Ambiental a partir de Henri Lefebvre. *NORUS*, volume 4, p.116-137. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/9246/6593>.

Orlandi, E.P. (2012). *Discurso e Leitura 9ª ed*. São Paulo: Cortez.

Orlandi, E.P. (2013). *Análise de Discurso: Princípios e procedimentos 11ª ed*. São Paulo: Pontes.

Reclus, E. (2010). *Do sentimento da natureza nas sociedades modernas*. Tradução Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Editora Imaginário; Expressão & Arte Editora.

Reclus, E. (2012). *Evolución, revolución y otros escritos*. Traducción de A. Gregori. Montevideo: AlterEdiciones.

Reynalte-Tataje, D.A.; NUÑER, A.P.O.; GARCIA, V.; ZANIBONI-FILHO, E. (2012). Spawning of migratory fish species between two reservoirs of the Upper Uruguay River, Brazil. *Neotropical Ichthyology*, volume 10, n.04, p.829-835.